

Contrato n.º 37/2006. — *Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5-A/2005 — aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre o Instituto do Desporto de Portugal e a Federação Portuguesa de Rugby.* — Mediante o contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5/2005, celebrado em 24 de Janeiro de 2005 e homologado em 28 de Janeiro de 2005 pelo Secretário de Estado do Desporto e Reabilitação, foi estabelecida pelo Instituto do Desporto de Portugal a concessão uma comparticipação financeira à Federação Portuguesa de Rugby para execução do Programa de Alta Competição e Selecções Nacionais, que a Federação apresentou e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.

No âmbito deste Programa, não foi possível prever na planificação inicial um conjunto de acções de significativa importância no âmbito da preparação das Selecções Nacionais de Rugby de XV e Seven's, tendo em vista a qualificação para o Campeonato do Mundo «Paris 2007».

Em virtude da necessidade de apoiar a execução do referido conjunto de actividades que vieram posteriormente a ser integradas no planeamento federativo, mas cujos custos não estavam inicialmente previstos, torna-se necessário disponibilizar este apoio adicional à Federação outorgante.

Nesta circunstância e verificando-se a necessidade de reforçar o apoio financeiro previsto inicialmente para execução do Programa de Alta Competição e Selecções Nacionais, celebra-se o presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5/2005.

Assim, entre o Instituto do Desporto de Portugal, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por IDP, representado pelo seu presidente da direcção, Prof. Doutor Luís Bettencourt Sardinha, e a Federação Portuguesa de Rugby, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por Federação, representada pelo seu presidente, Dr. Dídio Pestana de Aguiar, é celebrado o presente aditamento ao contrato-programa acima referido, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Comparticipação financeira

O apoio financeiro previsto na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5/2005 é acrescido da importância de € 50 000.

Cláusula 2.ª

Objecto

Este reforço financeiro destina-se a participar os encargos com a execução do conjunto de acções relativas à preparação desportiva e participação competitiva das Selecções Nacionais de Rugby de XV e Seven's anteriormente referido.

Cláusula 3.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação financeira referida na cláusula 1.ª é disponibilizada após a assinatura do presente contrato-programa.

Cláusula 4.ª

Obrigações da Federação

Constitui obrigação da Federação incluir nas obrigações previstas na cláusula 5.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 5/2005 as decorrentes da celebração deste aditamento.

22 de Dezembro de 2005. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Rugby, *Dídio Pestana de Aguiar*.

Despacho (extracto) n.º 1684/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2005 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

João Manuel da Boa de Jesus, técnico superior principal do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto — autorizada a renovação de licença sem vencimento por um ano, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2006. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho conjunto n.º 57/2006. — O Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de Novembro, tendo em vista os objectivos constantes do artigo 2.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio, designadamente o redimensionamento e a melhoria da qualidade, eficácia e eficiência dos serviços da Administração Pública, determinou a fusão e conseqüente extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado com o Instituto Nacional de Habitação.

Volvido já um período significativo de tempo após a entrada em vigor do citado diploma legal e encontrando-se próxima a efectiva extinção do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, torna-se necessário garantir uma maior integração entre os órgãos de direcção de ambos os institutos públicos, de forma a assegurar, durante o que resta do período transitório previsto no artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 243/2002, uma política coerente e uma actuação coordenada no prosseguimento das atribuições e competências que no sector habitacional aos dois organismos estão legalmente cometidas.

Entende-se que estes objectivos serão tanto melhor alcançados se houver coincidência dos titulares de alguns dos cargos dirigentes dos dois institutos, em regime de acumulação, tal como previsto e permitido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Nestes termos e de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º e no n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Determina-se o seguinte:

1 — É nomeado presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado o engenheiro José Teixeira Monteiro, em acumulação com o cargo de presidente do Instituto Nacional de Habitação.

2 — São nomeados vogais do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado os licenciados Maria Mafalda da Câmara Manuel Reynolds e Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga, em acumulação com o cargo de vogais do Instituto Nacional de Habitação, considerando-se que as respectivas áreas de formação, nos domínios financeiro e jurídico, correspondem às necessidades de gestão do Instituto para o qual são nomeados.

3 — O estatuto remuneratório dos ora nomeados será estabelecido de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Por motivo de urgente conveniência de serviço, o presente despacho opera efeitos desde a sua assinatura.

22 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 58/2006. — Nos termos dos artigos 2.º, n.º 3, 18.º, n.º 2, e 19.º, n.ºs 1, 2 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de secretário-geral do Ministério da Economia e da Inovação o licenciado Mário Marques da Silva.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Curriculum vitae

Nome — Mário Marques da Silva.

Data de nascimento — 29 de Dezembro de 1946.

Habilitações literárias — licenciado em Engenharia Químico-Industrial pelo Instituto Superior Técnico (1971).

Categoria profissional — assessor principal do quadro da ex-Direcção-Geral da Indústria, desde 1994.

Carreira profissional:

Assistente convidado do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (1975-1986);

Chefe da Divisão de Incentivos Fiscais da ex-Direcção-Geral das Indústrias Electromecânicas (1978-1981);

Chefe da Divisão de Ficheiros e Estatística da ex-Direcção-Geral das Indústrias Electromecânicas (1981-1982);

Chefe da Divisão de Estatística e Apoio Técnico da ex-Direcção-Geral da Indústria (1982-1984);

Director do Serviço de Normalização da ex-Direcção-Geral da Qualidade (1984-1986);

Director do Serviço de Certificação do Instituto Português da Qualidade (1986-1987);

Director do Serviço Regional da Energia da Região do Centro, da Direcção-Geral da Energia (1987-1991);

Actividade privada (licença sem vencimento de 1991 a 1993);

Director do Serviço de Planeamento e Estudos de Desenvolvimento da Direcção-Geral da Aviação Civil (1993-1994);

Subdirector-geral da Direcção-Geral da Aviação Civil (1994-1996);

Director regional da Direcção Regional da Energia do Centro, do Ministério da Economia (1996-2001);

Inspector-geral das Actividades Económicas (2001-2004);

Outros cargos:

Presidente da Comissão Permanente para a Normalização, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade;

Presidente da Comissão Permanente para a Certificação, no âmbito do Conselho Nacional da Qualidade;

Presidente do conselho de administração do Centro de Biomassa para a Energia (1991);

Membro do conselho consultivo do Instituto Pedro Nunes (2000);

Membro do conselho consultivo do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (2000);

Membro da comissão de acompanhamento da COIMBRA-VITA — Agência de Desenvolvimento Regional (2000);

Membro do conselho superior da COIMBRA-VITA — Agência de Desenvolvimento Regional (2000).

Formação complementar:

Programa de Alta Direcção de Empresas (PADE), pela AESE — Escola de Direcção e Negócios;

Seminário de Alta Direcção do INA (2005);

Curso de pós-graduação de especialização em Ciência dos Materiais da Universidade Nova de Lisboa;

Direcção participativa por objectivos;

Direcção moderna — fundamentos e técnicas;

Gestão de qualidade nos serviços públicos.

Despacho conjunto n.º 59/2006. — Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, dá-se por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Paula Campos Alves para o exercício do cargo de secretária-geral do Ministério da Economia e da Inovação, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 60/2006. — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é renovada a nomeação, em comissão

de serviço, para o cargo de vice-presidente do Estádio Universitário de Lisboa do Dr. Carlos Manuel Morais Valente.

2 — O presente despacho produz efeitos a 23 de Janeiro de 2006.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Curriculum vitae

(síntese)

Dados pessoais:

Nome — Carlos Manuel Morais Valente;

Data de nascimento — 29 de Março de 1954;

Naturalidade — São Sebastião da Pedreira, Lisboa;

Estado civil — casado.

Habilitações literárias:

Pós-graduação em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Curso superior de Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração.

Habilitações profissionais:

Técnico oficial de contas;

Certificação de competências pedagógicas como formador (IEFP).

Cursos de formação:

Frequentou diversos cursos nas áreas de contabilidade pública; POCP;

Fiscalização do Tribunal de Contas;

Administração fiscal;

Gestão patrimonial e de projectos;

Qualidade e inovação;

Auditoria, regimes jurídicos da realização de despesas, da contratação pública, da aquisição de serviços e das empreitadas de obras públicas; formação e informática.

Actividade profissional na função pública:

Desde 2003 — vice-presidente do Estádio Universitário de Lisboa, sendo responsável pela coordenação e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

De 2000 a 2002 — exerceu as funções de assessor principal na Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, elaborando estudos e pareceres nas áreas orçamental, financeira e patrimonial, e coordenando a elaboração e acompanhamento da execução do PIDDAC;

De 1997 a 1999 — secretário-geral-adjunto do Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, sendo responsável pela coordenação do Gabinete de Infra-Estruturas e Equipamentos e da Direcção de Serviços Financeiros e Patrimoniais. Em 1998, é nomeado assessor principal, mantendo-se no mesmo cargo. Em Dezembro de 1999, é dada por finda, a seu pedido, a referida comissão de serviço.

De 1995 a 1997 — secretário-geral-adjunto do Ministério do Planeamento e Administração do Território, com responsabilidade na coordenação das Direcções de Serviços Administrativos e Documentação e Relações Públicas;

De 1994 a 1995 — subdirector-geral da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, sendo responsável pela coordenação e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

De 1993 a 1994 — director de serviços de Gestão e Administração do Instituto Florestal do Ministério da Agricultura, tendo à sua responsabilidade a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

De 1989 a 1993 — chefe de divisão de Coordenação Orçamental da Secretaria-Geral do Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Em 1991, é promovido a técnico superior principal do quadro da mesma Secretaria-Geral;

De 1986 a 1989 — chefe da Repartição Administrativa e Financeira do Centro de Identificação Civil e Criminal;

De 1974 a 1986 — ingressa no Centro de Identificação Civil e Criminal (CICC) em 1974, com a categoria de escriturário-dactilógrafo. Passa, posteriormente, pelas categorias de terceiro-oficial e técnico auxiliar de 2.ª classe, tendo desempenhado funções no âmbito da identificação criminal e da informática.